

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.242 - SP (2019/0356066-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : THIAGO GALVAGNI DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADO : FELIPE OLIVÉRIO - SP407922
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se recuso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por THIAGO GALVAGNI DE SOUZA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2181991-11.2019.8.26.0000.

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 157, 2º, II, c/c o art. 14, II, do Código Penal (roubo majorado tentado). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado (fl. 59):

HABEAS CORPUS - Roubo majorado tentado - Pleito de revogação da prisão preventiva - Não acolhimento - Decisão suficientemente fundamentada - Crime apenado com pena máxima superior a 04 anos - Hipótese do inciso I, do artigo 313, do CPP - Presentes os requisitos ensejadores da custódia cautelar - Necessidade da garantia da ordem pública - Impossibilidade de aplicação de quaisquer das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal - Inexistência de constrangimento ilegal - Ordem denegada.

No presente recuso, reitera, que estão ausentes os requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal de modo que a imposição da custódia cautelar não estaria suficientemente justificada e pautada exclusivamente na gravidade abstrata do delito.

Salienta as condições pessoais favoráveis do paciente e ressalta a suficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas, previstas no art. 319 do CPP.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela concessão da ordem com expedição de alvará de soltura a seu favor, mediante a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Solicitem-se informações ao juízo de primeiro grau e à autoridade apontada coatora, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, quando for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator